

Educação de Jovens e Adultos sob a perspectiva da Pedagogia Social

Antonio Paulo Guillen Hurtado¹, Carlos Cesar Garcia Freitas², Karine de Paula Ramos Hurtado³

Resumo

O presente artigo analisou a relação entre os fenômenos Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Pedagogia Social (PS). A partir de suas trajetórias históricas, foram discutidas as contribuições de cada uma delas, evidenciando-se o potencial de um trabalho conjunto. Para tanto, foi utilizada uma metodologia que abrangeu uma pesquisa descritiva, qualitativa e bibliográfica, buscando apresentar de forma teórico-empírica, como a PS pode colaborar com a EJA. O estudo de metodologias e práticas pedagógicas pela Pedagogia Social contribui no sentido de oferecer um instrumental para a Educação de Jovens e Adultos que permite maior eficiência no aprendizado. Os resultados evidenciados no referencial teórico e no caso analisado levam a considerar que a EJA é uma educação diferenciada, com características próprias e diversificada, e a PS, por sua vez, atua como articuladora da prática com as teorias da ciência da educação, que possibilitam ao indivíduo uma formação integral, capaz de promover a dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave

EJA. Pedagogia-Social. Educação.

¹ Mestrando em Ensino na Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil; professor da Faculdade Dom Bosco e da Rede Estadual de Educação do Paraná, Brasil. E-mail: antoniopauloguillen.adv@hotmail.com.

² Doutor em Administração pela Universidade Federal do Paraná, Brasil; professor adjunto da Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus Cornélio Procópio, Brasil. E-mail: cesarfreitas@uenp.edu.br.

³ Especialista em Gestão Educacional pelo Centro Universitário de Maringá, Paraná, Brasil e em Educação Especial pelo Centro Universitário Ingá, Paraná, Brasil; professora da Rede Municipal de Educação de Cornélio Procópio, Paraná, Brasil. E-mail: karinedepaulahurtado@gmail.com.

Youth and Adult Education from the perspective of Social Pedagogy

Antonio Paulo Guillen Hurtado⁴, Carlos Cesar Garcia Freitas⁵, Karine de Paula Ramos Hurtado⁶

Abstract

The present article analyzed the relationship between the phenomena of Youth and Adult Education (YAE) and Social Pedagogy (SP). From their historical trajectories, the contributions of each one were discussed, evidencing the potential of a joint work. For that, it was used a methodology that encompasses a descriptive, qualitative and bibliographical research, seeking to present in a theoretical-empirical way, how SP can collaborate in YAE. The study of methodologies and pedagogical practices by the SP contributes to offer an instrument to the YAE that allows greater efficiency in learning. The results evidenced in the theoretical framework and in the analyzed case, lead to consider that YAE is a differentiated education, with its own and diversified characteristics, and SP, in turn, acts as articulator of the practice with theories of education science, which allows to the individual an integral formation, capable of promoting the dignity of the human person.

Keywords

Youth and Adult Education. Social-pedagogy. Education.

⁴ Master degree student in Teaching, State University of Northern Paraná, Brazil; professor at Dom Bosco College and the State Education Network of Paraná, Brazil. E-mail: antoniopauloguillen.adv@hotmail.com.

⁵ PhD in Business Administration, Federal University of Paraná, Brazil; assistant professor at the State University of Northern Paraná, Cornélio Procópio Campus, Brazil. E-mail: cesarfreitas@uenp.edu.br.

⁶ Specialist in Educational Management, Maringá University Center, Paraná, Brazil and in Special Education at Ingá University Center, Paraná, Brazil; teacher at the Cornélio Procópio Municipal Education Network, Paraná, Brazil. E-mail: karinedepaulahurtado@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a Educação de Jovens e Adultos (EJA) percorreu uma trajetória que possibilitou o seu aprimoramento e sua institucionalização. Muitas ações e debates políticos foram realizados na busca de melhorias das condições didáticas e pedagógicas no âmbito da relação entre discentes e docentes. Com os avanços no processo de industrialização, o Estado passou a se preocupar com a profissionalização dos trabalhadores, orientando investimentos para a educação escolar deste público.

No mesmo contexto, porém não limitada ao ambiente escolar, a sociedade civil organizada tem realizado esforços para promover uma educação voltada a preparar as pessoas para o pleno exercício da cidadania. Esse fenômeno denominado Pedagogia Social (PS) tem o intuito de estimular práticas pedagógicas fora do ambiente escolar tradicional, aplicando metodologias que auxiliem seus alunos na busca de desenvolvimento e integração social. No intuito de levar a educação para além dos muros da escola, a PS busca garantir a educação como um direito de todos, e, ainda, trabalhar a formação integral do aluno, direcionada ao exercício da cidadania, seus valores, direitos humanos, sua participação na política, entre outros.

Considerando o exposto, levanta-se a seguinte pergunta: Qual a relação da Pedagogia Social com a Educação de Jovens e Adultos? Para responder a questão de pesquisa, o presente estudo analisou os caminhos percorridos pela EJA e pela PS, além da análise de um projeto na qual os dois fenômenos estão presentes. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, com estratégia bibliográfica e análise baseada em dados secundários.

Os resultados obtidos, teóricos como empíricos, evidenciam que a PS e a EJA são perspectivas educacionais com características e histórias distintas, mas inseridas no mesmo campo teórico das ciências da educação e que, trabalhadas de modo conjunto, promovem um processo de ensino aprendizagem significativo, auxiliando os alunos da EJA na sua formação integral, preparando-os para o mercado de trabalho, mas, também, para atuarem de forma digna dentro da sociedade.

Aos leitores segue o esclarecimento da estrutura do artigo, que está dividido em cinco seções, além dessa introdução, na seguinte ordem: referencial teórico com a exposição dos conceitos básicos relativos aos temas analisados; material e métodos com o esclarecimento da metodologia empregada; resultados e discussões, com a identificação dos principais pontos da

análise; conclusão, com a síntese do estudo; e referências, com as bibliografias utilizadas com base para o estudo.

Educação de jovens e adultos: breve histórico

A trajetória da EJA vem se institucionalizando desde a catequização dos índios, pela alfabetização e transmissão da língua portuguesa (PAIVA, 1973). Registros históricos datados de 1874 registram a existência de 117 escolas direcionadas a esse público, como no Maranhão, onde se esclarecia aos colonos quais eram seus direitos e suas obrigações, e no Pará, com o intuito de alfabetizar os indígenas (PAIVA, 1973).

Haja vista que a educação foi considerada como redentora dos problemas do país nos anos de transição do Império-República (1887-1897) ocorreu uma ampliação da rede escolar e uma grande perspectiva contra o analfabetismo (PAIVA, 1973). Além disso, foram buscadas melhorias das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar; diversas mobilizações em torno da educação apresentavam debates políticos diante do dever do Estado (PAIVA, 1973).

As discussões foram se ampliando nas décadas de 1920 e 1930 e, diante das alterações políticas e econômicas, além do processo de industrialização no Brasil, a EJA inicia um papel de destaque na história do país. A partir da criação do Plano Nacional de Educação, estabelecido na Constituição Federal de 1934, o Estado passou a ter como dever o ensino primário integral gratuito, com frequência obrigatória e extensiva para adultos (BRASIL, 1934).

Avanços consideráveis ocorreram na década de 1940 em toda a educação e, conseqüentemente, na EJA. Com a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), a partir da ideologia do sistema capitalista e grupos econômicos dominantes, difundiu-se que sem educação profissional não haveria desenvolvimento industrial para o país (GADOTTI; ROMÃO, 2006). Nesse período, aproximadamente 50% da população era analfabeta e havia estagnação econômica cujo motivo, no entendimento de alguns, estaria relacionado à falta de educação escolar (GADOTTI; ROMÃO, 2006).

Um grande marco daquele momento foi a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), em que se iniciou o pensamento de preparar um material didático para a educação de adultos. Com a política do governo de Getúlio Vargas, por meio de Lourenço Filho, a

educação de adultos foi compreendida como peça essencial na elevação dos níveis de escolarização da população em geral, no qual esse processo poderia contribuir, elevando o nível cultural de seus cidadãos (BEISIEGEL, 1974).

Todavia, somente no ano de 1958, na gestão do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, por meio do grupo de Pernambuco, liderado por Paulo Freire, foi possibilitado que os participantes do “Congresso de Educação de Adultos” relatassem suas experiências (GADOTTI, 2000). A partir de então houve muitas críticas diante da precariedade dos prédios escolares, materiais didáticos inadequados e também em relação à qualificação dos professores. Movimentos civis propuseram uma renovação e adequação de métodos e processos educativos, nos quais a educação estaria voltada para a participação dos alunos (PAIVA, 1973).

Essa renovação e adequação ocorreram com o movimento da Escola Nova⁷, que havia defendido a alfabetização no início do século XX, como direito de todos, porém, sofreu um profundo esvaziamento de seu conteúdo político com o advento do Estado Novo⁸. No início da década de 1960, mediante o êxito das experiências de Paulo Freire no âmbito educacional, houve nova movimentação a fim de instrumentalizar para o exercício da cidadania, contudo, com o golpe de Estado de 1964, novamente a educação sofreu intervenção, resultando na criação do MOBREAL⁹ (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que foi posteriormente extinto em 1985 (AYRES, 2003).

Cabe destacar que a Lei nº 9.394/1996 (LDBEN), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, orienta o sistema público da educação fundamental, incluindo a população jovem e adulta no Brasil com as características do ensino supletivo, visando suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não conseguiram concluir na idade adequada (BRASIL, 1996).

⁷ Movimento de educadores europeus e norte-americanos, organizado em fins do século XIX, que propunha uma nova compreensão das necessidades da infância e questionava a passividade na qual a criança estava condenada pela escola tradicional. Também conhecida como Educação Nova [...] (MENEZES *et al.*, 2001).

⁸ O Estado Novo foi um regime ditatorial arregimentado por Getúlio Vargas, instituído em 10 de novembro de 1937. Desde 3 de novembro de 1930, Vargas governava o país (RODRIGUES, s.d.).

⁹ Programa criado em 1970 pelo Governo Federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida” (MENEZES, 2001).

Ao ser concluída uma pesquisa em 1988 (HADDAD; SIQUEIRA; FREITAS, 1989) foi possível verificar que o ensino supletivo se implantou, efetivamente, em quase todo território nacional, porém, ainda não era prioridade na área política educacional, e encontrava dificuldades de cunho político-administrativa, financeira e pedagógica que limitavam a qualidade do ensino ofertado. Assim, somente a partir da Constituição Federal de 1988, que se expandiu aos jovens e adultos o direito ao ensino fundamental gratuito, quando as redes públicas aumentaram as suas responsabilidades no atendimento educacional. Posteriormente, com a introdução do Art. 60 das Disposições Transitórias, foi estipulado um prazo de dez anos para o governo juntamente com a sociedade civil concentrarem esforços para universalização do ensino básico e erradicação do analfabetismo (BRASIL, 1988).

Com o advento da LDB de 1996, a EJA recebeu um maior destaque e atenção do poder público, pois essa Lei reafirmou que todos têm direito à educação (BRASIL, 1996), tal como assegurado pela Constituição Federal de 1988.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino prevista no Art. 37 da LDB/1996 e prevê que “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996). Os alunos que participam dessa modalidade de ensino são caracterizados, em sua maioria, por pessoas que não tiveram oportunidades de acesso ou não conseguiram concluir a vida escolar por diversos motivos, seja pela distância da escola, falta de oportunidade, necessidade de trabalhar, dentre outros. Diferente de sua proposta inicial (capacitação de mão-de-obra), hoje essa modalidade de ensino se coloca como uma forma de possibilitar a formação de uma camada da população que se encontra sem perspectivas profissionais ou educacionais.

Durante muito tempo a EJA ocupou um espaço muito reduzido dentro do sistema educativo brasileiro, sendo marcada por apresentar um aspecto compensatório e desprovido de valor social (ARROYO, 2005). Em muitas circunstâncias, conteúdos, métodos e materiais didáticos são inadequados, reproduzindo uma forma pobre que remete ao sistema de ensino tradicional (GADOTTI; ROMÃO, 2006).

Tendo em vista que, atualmente, são inúmeros os jovens e adultos que não conseguiram concluir o ensino básico na idade regular, a EJA torna-se mais que um direito, pois é uma forma de se efetivar o pleno exercício da cidadania como condição para que o indivíduo

consiga obter plena participação na sociedade. Por meio dessa modalidade, torna-se possível o desenvolvimento da democracia, justiça, igualdade e do desenvolvimento socioeconômico e científico, permitindo a construção de uma cultura de paz (CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 1999).

Para auxiliar essa modalidade de ensino, o Ministério da Educação (MEC) tem aplicado recursos, buscando aproximar o processo inicial de alfabetização e a continuação dos estudos nas turmas da EJA. Sendo assim, com a Resolução CD/FNDE nº 48/2012, transferem-se aos estados, municípios e Distrito federal, recursos financeiros para preservação de novas turmas, principalmente a contar do ano de 2012 (RELATÓRIO EDUCAÇÃO PARA TODOS NO BRASIL 2000-2014).

Ressalta-se que nessa modalidade de ensino, o público não são crianças, mas jovens, adultos e idosos que possuem suas experiências de vida pessoal e profissional, que devem ser consideradas no âmbito das práticas pedagógicas. Cada aluno apresenta seus interesses, motivações e atitudes pessoais, que podem variar de um para outro, pois o jovem tem uma perspectiva de futuro, ou seja, aquilo que será possível conquistar no decorrer da sua vida pessoal e profissional. O adulto normalmente está preocupado com sua vida profissional, buscando oportunidades no mercado de trabalho, enquanto o idoso deseja efetivar sua cidadania alcançando respeito para que possa viver com dignidade dentro da sociedade.

A EJA abrange um conjunto vasto e diversificado de jovens e adultos provindos dos mais variados contextos, trazendo consigo uma variedade de situações históricas que envolvem questões étnico-raciais, de gênero, culturais, de orientações sexuais, de privação de liberdade, mentais, físicas, psíquicas, diante de aspectos culturais e econômicos (BRASIL, 2008).

Apesar de não ser regra, geralmente o público da EJA vem de uma classe economicamente baixa, que luta para sobreviver, apresentando certa desconfiança em relação ao ensino, e, conseqüentemente, à escola. Muitos estão à margem da sociedade e são vistos como analfabetos ou incapazes de aprender. Em sua maioria, são indivíduos adultos sem qualificação profissional que vivem à margem do sistema educacional e longe de qualquer pretensão universitária (OLIVEIRA, 1999), buscando, por meio do estudo, resgatar sua dignidade como cidadão.

De acordo com o MEC, no Censo Escolar realizado em 2017, foi registrado na esfera estadual e municipal 1.824.451 (um milhão, oitocentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e

um) alunos no Ensino Fundamental e 1.033.694 (um milhão, trinta e três mil, seiscentos e noventa e quatro) alunos no Ensino Médio, matriculados na EJA (BRASIL, 2017).

Dessa maneira, considerando o número elevado de alunos matriculados, para entendermos essa modalidade de ensino temos que conhecer suas características e ter a compreensão da condição de cada aluno enquanto pessoa e também no que se refere a sua condição social, para conseguirmos alcançar os objetivos propostos, e mais do que isso, promover a formação integral do aluno.

Pedagogia Social e Educação Popular: particularidades

A Pedagogia Social é a ciência que estuda a educação social do indivíduo, sendo conceituada em razão de vários fatores, entre os quais podemos destacar: os culturais, sociais, históricos, políticos, econômicos e educacionais (WEGNER, 2008). Assim, a PS é um conjunto de saberes que tratam de um objeto determinado. Esse objeto é chamado de educação social, pois pertence à ordem das práticas, procedimentos, fenômenos, ou seja, uma realidade educativa (ROMANS; PETRUS; TRILLA, 2003). Ela está fundamentada em um processo lógico, intelectual, de aprendizagem afetiva e social (GRACIANI, 2001).

As dificuldades em elaborar uma definição formal da PS seriam complexas, segundo o entendimento de Caride (2002), porque ela transcende o debate científico e as realizações práticas de quem a utiliza. O primeiro conceito de PS foi debatido pelos educadores alemães Karl Magwer e Adolph Diesterweg, Paul Nartop e Herman Nohl, no final do século XIX e início do século XX, quando muitas teorias foram apresentadas e desenvolvidas no contexto do trabalho social (OTTO, 2009).

A PS, também compreendida como educação social, tornou-se uma opção para auxiliar nos problemas ocorridos nas guerras mundiais, tais como destruições, poluição, graves problemas de saúde, alta taxa de desemprego, crianças órfãs, elevado número de migrantes e imigrantes, pessoas com deficiências e/ou mutiladas. Políticas de caráter assistencial foram surgindo para colaborar com aqueles que não tinham moradia e alimentação, muitos deles vivendo em situação de miséria (CABANAS, 1977).

Segundo Cabanas (1997), havia um pouco de confusão entre os conceitos de pedagogia social e educação popular. Todavia, no entendimento de Hermman Nohl, a pedagogia social possui

uma natureza menos assistencial. Ainda segundo o autor, os dois termos foram extintos por Hitler por motivos políticos-ideológicos. Porém, quando a II Guerra Mundial terminou, retomou-se o pensamento de Nohl, com o objetivo de que as bases científicas em torno da pedagogia social fossem reconstruídas. A exemplo disso houve na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) diversas experiências de PS. Contudo, além de trabalhar com questões assistencialistas, abrangia uma perspectiva que ultrapassava esses limites, expandindo e contribuindo para a revolução do país, principalmente na transformação do pensamento dos jovens que participavam desse processo (RIBEIRO, 2006).

Com o advento da industrialização a contar da metade do século XIX, principalmente na Alemanha, com seus problemas sociais, buscou-se a sistematização da PS que foi expandida em torno da prática educativa não escolar ganhando destaque como ciência prática que colabora para que os indivíduos possam reconquistar a sua dignidade humana (CALIMAN, 2006).

No Brasil, a partir das propostas apresentadas por Paulo Freire, podemos dizer que se iniciou um projeto pedagógico inovador intitulado Educação Popular (EP). A partir do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, buscou-se popularizar a educação desde a década de 1920. Entretanto, somente na década de 1960, foi que o Estado começou a se preocupar com políticas educacionais para as classes populares, tendo em vista o evento da industrialização e urbanização. Os altos índices de analfabetismo entre jovens e adultos, se contrapondo à necessidade de mão de obra qualificada para preencher as vagas de trabalho foram determinantes para o investimento público na educação de homens e mulheres em fase adulta (PAULA, 2009).

A EP pode ser apresentada a contar da década de 1950 como um modelo político-pedagógico que, até aquele momento, seria novo e provindo de experiências culturais organizadas por jovens e adultos (BRANDÃO, 2006). Nos locais onde não havia escolas, adultos, em especial, eram alfabetizados em Círculos de Cultura por meio das comunidades e associações de bairros (WANDERLEY, 1984).

Dessa forma, começam a surgir novas práticas educacionais alternativas, ou seja, projetos de educação realizados por meio de escolas de trabalhadores para adultos e para os filhos dos operários, uma vez que as escolas já eram construídas em bairros próximos às indústrias (BRANDÃO, 2002).

Presente dentro de vários contextos, mais especificamente na esfera dos Movimentos Sociais Populares como também nas políticas públicas, a EP colaborou no sentido de denunciar governos corruptos, opressão de regimes de governo, falta de acesso a serviços básicos, dentre outros (BRANDÃO, 2002).

Nesse sentido, houve no Brasil, durante o período ditatorial, maior possibilidade de acesso às escolas, pois uma das bandeiras do regime era o combate e busca da erradicação do analfabetismo. Todavia, a proposta político-pedagógica era voltada para a priorização do desenvolvimento econômico e a manutenção do Estado autoritário. Assim, a educação popular orientada pela metodologia freiriana, excluída naquele período, retomou força apenas na década de 1980 por meio dos movimentos sociais e políticos (PALUDO, 2008).

A mobilização popular ocorrida naquela década deu início ao processo de democratização, promovendo as “Diretas já” no ano de 1989. No período de governo do Presidente Fernando Collor, políticas neoliberais marcaram o país, o que proporcionou exclusão social, falta de emprego, má qualidade nos serviços públicos. Nesse período, a EP obteve várias críticas, sendo considerada superada, enquanto os movimentos sociais ganhavam força. Assim, na década de 1990, surgem as políticas sociais que passam a utilizar o termo educação social com uma perspectiva de política de inclusão, tendo como referência a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei da Assistência Social) (RIBEIRO, 2006).

Nesse cenário nacional dos anos 1990, as práticas de educação social estavam muitas vezes relacionadas à educação não formal, ao contrário da proposta de Paulo Freire que utilizava somente o termo EP, denominando educadores aqueles que trabalhavam em ambientes educativos não formais (PAULO; CONTE; BIERHALS, 2013).

Nesse contexto histórico da primeira metade do século XX, no qual grande parte das pessoas não tinha acesso à educação, não sabiam ler ou escrever, surgiram as terminologias “Educação Popular” e “Pedagogia Social”. Buscando ampliar o nível de escolarização da população, preparar e profissionalizar os professores, essas terminologias se estabeleciam enquanto se construía todo o sistema de educação do Brasil (MACHADO, 2012).

É possível procurar na história da educação brasileira, apresentando como referência a EP e PS, as formas como foram feitas as relações entre elas, para entender questões políticas e sociais que determinam o desenvolvimento da educação no país (MACHADO, 2012). No

cenário educacional brasileiro, essas terminologias despontam de maneira diferenciada do que se conhece hoje. Atualmente, elas se relacionam às práticas educativas nos mais diversos ambientes fora da escola. Porém, anteriormente, a EP estava associada à popularização da proposta de ensino escolar para todas as pessoas, e a PS deveria ser uma pedagogia escolar que poderia auxiliar todo esse processo escolar (PALUDO, 2008).

A nomenclatura Educação Popular, em conjunto com a instalação dos sistemas de ensino realizados durante o século XIX, estava relacionada à instrução básica que se almejava desenvolver para toda a população, por meio da introdução e propagação das escolas primárias, como também as ações relacionadas à educação de adultos (SAVIANI, 2008). Destarte, a EP diz respeito à compreensão crítica da realidade. Portanto, tem um caráter político que orienta procedimentos práticos e teóricos buscando transformação individual ou coletiva com potencial libertador (TORRES, 2013). Anteriormente, ligada a um movimento político que perde força com a democratização da educação para todos, a EP continua sendo, na contemporaneidade, uma estratégia de elaboração da participação social para o encaminhamento da vida social.

Distintamente, a PS, objeto de análise desse artigo, se apresenta de maneira mais avançada no campo experimental da sociedade, devido ao fato de que ela se incumbe não somente de transmitir conteúdos, mas ocupa-se em ultrapassar os problemas pessoais buscando o desenvolvimento e integração (MOLLENHAUER, 1993). A PS se desenvolve diante da democratização das sociedades e pela procura de serviços de amparo social (PETRUS, 1997). São diversas as proporções e tendências do fazer educativo que acolhem as carências elementares da aprendizagem. Todavia, aquelas que priorizam a vida, o próprio ser humano, a elaboração do conhecimento e da história da sociedade, são as que possivelmente irão colaborar para uma prática educativa libertadora (GRACIANI, 2009).

Buscando sua legitimação a partir de um movimento particular, a PS “busca o seu reconhecimento enquanto área de formação profissional, acadêmica e de pesquisa, referentes aos processos educativos em diferentes espaços como também na escola, mas superando concepções pedagógicas tradicionais” (MACHADO, 2012, p. 61).

Torna-se pertinente esclarecer que a PS pretende atingir as mais variadas demandas da sociedade, não se limitando simplesmente ao ambiente escolar; não restrita apenas aos grupos pobres da população (STRECK, 2006). Sendo assim, a Pedagogia Social abrange as

aprendizagens escolares e também aprendizagens sociais, ou seja, os espaços que vão além da sala de aula. O termo “aprendizagem social” torna-se mais adequado, haja vista que torna mais valorizada a educação em todas as suas dimensões, articulando o aprender na escola e com a escola, buscando atingir as experiências coexistentes em outras áreas da vida, distintas nos tempos e nos modos (BAPTISTA, 2008).

É possível declarar que as interferências molduradas pela PS tendem a beneficiar as modalidades de educação não formal e informal, visto que essas modalidades dizem respeito a um ensino que não é obrigatoriamente recusado por um estabelecimento educacional ou de formação e que nem sempre leva a uma certificação aceita nos modelos tradicionais (BAPTISTA, 2008). Não obstante, também colaboram na transmissão de diversos saberes.

A partir do documento da UNESCO de 1972, Smith (1996) apresentou uma divisão do sistema educacional em três categorias: educação formal, educação não formal e educação informal. A educação formal seria o sistema de educação hierarquicamente estruturado e cronologicamente graduado da escola primária à universidade, incluindo os estudos acadêmicos e as variedades de programas especializados e de instituições de treinamento técnico e profissional. A educação não formal é qualquer atividade organizada fora do sistema formal de educação, operando separadamente ou como parte de uma atividade mais ampla que pretende servir a clientes previamente identificados como aprendizes e que possui objetivos de aprendizagem. Por último, a educação informal é considerada o verdadeiro processo realizado ao longo da vida em que cada indivíduo adquire atitudes, valores, procedimentos e conhecimentos da experiência cotidiana e das influências educativas de seu meio: família, trabalho, lazer e diversas mídias de massa (MARANDINO, 2017).

Nesse sentido, a PS possui a particularidade de buscar a profissionalização dos educadores, que atuam em ambientes educativos diversificados, aproximando as áreas de conhecimento, nos mais variados grupos sociais e culturais (MACHADO, 2012).

MATERIAL E MÉTODOS

Esse artigo buscou analisar a relação entre os fenômenos Educação de Jovens e Adultos e Pedagogia Social. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva, com o intuito de relatar as particularidades de uma população ou de um assunto abordado e proporcionar uma visão

diferenciada do objeto de estudo (DUARTE, 2011). Seu emprego permitiu analisar as particularidades e relação entre os fenômenos EJA e PS, e ainda, indicar formas da PS colaborar na EJA.

Quanto à abordagem, foi empregada a pesquisa qualitativa, ocupando-se em estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais. Ela apresenta-se como uma proposta flexível, haja vista que o seu foco é o processo e não o resultado, assim é possível que os investigadores utilizem da imaginação e criatividade para explorar novas visões (GODOY, 1995). Nesse sentido, sem intenção de generalizar os achados e valendo-se da liberdade, foi empregada a pesquisa qualitativa.

Em relação à estratégia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, partindo do levantamento de referências teóricas já analisadas e divulgadas em meios eletrônicos ou escritos, buscando dados ou conhecimentos anteriores sobre o assunto e/ou problemas abordados (FONSECA, 2002).

Além do material bibliográfico exposto nas referências, para levantamento de dados foi utilizado o Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil, em que foi selecionado o projeto de Tecnologia Social Apropriação de Tecnologias Sustentáveis em Habitação por Cooperativas Particulares, no qual foi identificada a coexistência dos fenômenos EJA e PS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro do ambiente diversificado das ciências da educação, a PS se manifesta com uma identificação científica alicerçada em atividades de hospitalidade interdisciplinar e interprofissional. Haveria vínculo entre “a pedagogia social com a pedagogia intercultural, a pedagogia dos tempos livres, a pedagogia do imaginário, a pedagogia institucional, a pedagogia ambiental ou a pedagogia intergeracional?” (BAPTISTA, 2008). Teria fundamento associar a PS com a EJA?

Sendo de grande importância nos mais variados espaços educativos, a PS recebe destaque na educação de jovens e adultos que se encontram em condições de risco, buscando reabilitação e reinserção social, seja por dependência de produtos tóxicos ou por motivos sociais, como pobreza, exclusão, dentre outros (LEIRO; MORAES; SANTOS, 2015).

Atuando sob a perspectiva pedagógica diante dos problemas existentes na sociedade, a PS tem como objetivo promover condições de bem-estar e desenvolvimento, superando condições de sofrimento e marginalidade. As metodologias aplicadas devem possibilitar prevenção e recuperação do indivíduo, permitindo-lhe exercer plenamente sua cidadania (CALIMAN, 2009).

A proximidade entre PS e EJA propõe a dimensão social, ou seja, trabalhar práticas educativas direcionadas ao exercício da cidadania, valores, direitos humanos, participação política, entre outras (SOUZA NETO; SILVA; MOURA, 2009).

Preocupada com as condições de vida das famílias, incluindo crianças, jovens, adultos e idosos, a PS se introduz no âmbito dos problemas que aparecem desde a própria condição social. Sua ação pedagógica é motivada pela perspectiva de atividades dentro da comunidade escolar e em toda a sociedade, contribuindo na recuperação e potencialização do sujeito – jovem e adulto – em suas relações mais extensas.

Considerando que a EJA envolve atualmente um público diversificado, tanto em idade, quanto no que diz respeito a suas expectativas, a PS poderá contribuir de diversas formas, tanto na alfabetização de jovens e adultos, como na vida pessoal de cada aluno, valorizando a sua autoestima, reduzindo o número de analfabetos, favorecendo a inclusão e permanência na educação, contribuindo de maneira efetiva na formação integral do aluno.

A partir de metodologias educativas, será possível superar os conflitos sociais, prevenir situações de risco e de vulnerabilidade social (CALIMAN, 2009). Tendo em vista que a PS é “uma ciência prática; ciência normativa; ciência descritiva; ciência que produz tecnologia educacional; ciência orientada para indivíduos e grupos [...]” (CALIMAN, 2009, p. 138), é possível propor uma formação pedagógica orientada em práticas de educabilidade humana, direcionada para todos aqueles que estão em condições sociais desfavoráveis, promovendo a preservação da dignidade do ser humano.

Conforme estudamos, a EJA retrata atualmente um espaço complexo e distinto, e visa responder uma demanda social educacional. Da mesma maneira, a PS, preocupada com as condições de vida das famílias em geral, considerando crianças, jovens, adultos e idosos, se introduz no âmbito das adversidades que aparecem da própria condição social. Portanto, qual seria a relação entre a EJA e a PS? O que teriam em comum? No seu relacionamento com a EJA, podemos dizer que a PS coopera no sentido concernente ao indivíduo – jovem ou adulto

– em suas mais extensas relações com a sociedade, compreendendo o seu potencial de mudança. Com um caráter mais científico, a PS busca o alcance da cidadania, auxiliando seus integrantes na procura de profissionalização, mas também na possibilidade de conquista de dignidade, respeito, trabalho, valores, humanização, entre outros.

Se no início da EJA o objetivo era capacitar os indivíduos para se adequarem ao mercado de trabalho diante do crescimento industrial, e, posteriormente, passou a ter uma característica compensatória, atualmente, a PS permite compreender que a EJA transpassa valores que vão além do processo educacional, abrangendo todas as áreas da vida, permitindo que o aluno assuma o seu papel em ser o “ator” principal de sua história de vida.

No intuito de materializar a presente discussão dos fenômenos, traz-se para o debate o exemplo do projeto “Apropriação de Tecnologias Sustentáveis em Habitação por Cooperativas Populares”. Trata-se de uma Tecnologia Social¹⁰ desenvolvida pelo Instituto Kairós, certificada pelo prêmio Fundação do Banco do Brasil de Tecnologias Sociais em 2013.

Os critérios estabelecidos para escolha desse projeto foram: 1) Projetos certificados nos últimos cinco anos; 2) Projetos que abordassem a área da Educação; e 3) Projetos que apresentassem indícios de relação com o conceito de Pedagogia Social. O objetivo de apresentar esse projeto é demonstrar que a PS, aplicada à EJA contribui na prática do dia a dia, de forma efetiva na vida dos alunos, e, conseqüentemente, na sociedade, auxiliando na formação e transformação das pessoas e do mundo. Os dados foram coletados no site do Banco do Brasil, com enfoque para os objetivos do projeto, a solução adotada e o resultado alcançado.

A proposta do projeto reside em desenvolver “processos formativos com apropriação de conhecimentos sobre tecnologias ecoeficientes a partir do protagonismo de coletivos de trabalhadores, visando à construção de melhores condições de vida e trabalho em um dado território em sua interrelação com a saúde, o meio ambiente e a sociedade” (FBB, 2014), envolvendo trabalhadores como público alvo. Esse objetivo deixa clara a proposta de formação que consiste em essência em um processo educacional, o qual agrega um conjunto de saberes específicos para um objeto determinado: tecnologias ecoeficientes de construção

¹⁰ Produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis e inovadoras desenvolvidos na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social às diversas realidades aonde elas se aplicam (INSTITUTO KAIRÓS, 2013.)

civil. Não se trata de uma formação “genérica”, mas sim de um “aprendizado específico” que irá contribuir de modo efetivo na vida desses trabalhadores.

Esse projeto permite a aproximação do conhecimento nos diversos grupos sociais e supera as práticas tradicionais, considerando que ultrapassa os problemas individuais, buscando soluções específicas para desenvolvimento e integração de toda a comunidade. Dessa forma, como propõe a PS, o conjunto de saberes pode ser aplicado na prática por meio de determinado objeto, nas variadas áreas da vida, em tempos e modos distintos.

Desenvolvido a partir da parceria entre a Cooperativa de Trabalho Constrói Fácil (Jacarepaguá/RJ) e a Fiocruz Mata Atlântica, esse projeto busca diminuir os perigos no processo de trabalho da construção civil. Nasce da procura dos trabalhadores em adquirir conhecimentos sobre procedimentos e técnicas no intuito de melhorar as condições de trabalho, aperfeiçoando a qualidade do ambiente mantendo em vista a sustentabilidade, e, dessa forma, reduzir os impactos ambientais, aproveitando recursos naturais, racionalizando materiais, gerando economia de tempo e de recursos disponíveis na produção e edificação. O projeto também permite aos trabalhadores adquirir conhecimento sobre tecnologias sustentáveis com um custo pequeno na construção de casas populares, tendo como lema “Produzir e Partilhar”. Possibilita, ainda, o empoderamento dos trabalhadores por meio da apropriação de tecnologias sustentáveis, junto aos espaços populares organizados em associações ou cooperativas de autoconstrução de casas e serviços da construção civil, gerando melhorias e qualidade de vida em determinada comunidade.

A solução adotada foi a aplicação de novas técnicas e métodos de trabalho, na busca de racionalizar o uso de materiais e etapas da construção para proporcionar economia de tempo e de recursos, como também eficiência energética e um maior aproveitamento de recursos naturais. De forma complementar, foram instalados filtros para coleta e uso de águas pluviais, e também, implantado um sistema de aquecimento solar de água. Essas ações proporcionaram um efetivo aprendizado aos trabalhadores.

Houve, em todo momento, a preocupação com a participação e o envolvimento efetivo dos trabalhadores: instrução de novos procedimentos; apresentação de diferenças de resultados; escuta; utilização de técnicas audiovisuais com apresentações práticas; realização de oficinas sobre tecnologias sociais que ensinavam os trabalhadores a instalarem em suas próprias casas.

Foi possível realizar o processo de apropriação tecnológica, que acontece essencialmente com base na educação.

De acordo com os registros (relatos e entrevistas) do projeto, os trabalhadores indicaram que, até a finalização da construção, houve uma redução considerável e uma diminuição do desgaste físico, com uma qualidade melhor da obra, reduzindo em 30% o tempo para execução. Foi reduzido o uso de materiais como ferro e cimento, havendo redução também do desperdício e de 80% dos entulhos (FBB, 2014).

Por meio dessa prática, os trabalhadores obtiveram melhores condições financeiras e de trabalho, em um ambiente saudável e sustentável. Os trabalhadores puderam se apropriar da tecnologia social sustentável, organizando e implantando em outras unidades da comunidade.

Para a implementação da tecnologia, que teve como público alvo famílias de baixa renda, lideranças comunitárias e operários da construção civil, foi necessária a participação de três profissionais, a saber: um arquiteto com conhecimentos em gestão e aplicação prática de critérios de sustentabilidade no setor da construção civil, aliando conhecimentos acadêmicos e de mercado à experiência em processos formativos junto a grupos populares organizados; um profissional com experiência em ministrar oficinas teórico-práticas e instalar sistemas de aquecimento solar de água de baixo custo e aproveitamento de água da chuva em moradias populares; um prático de obra com conhecimento e experiência na execução de alvenaria estrutural e tecnologias sustentáveis.

No ano de 2010, o projeto recebeu o financiamento de R\$ 94.990,00 do edital FAPERJ de apoio ao Desenvolvimento de Modelos de Inovação Tecnológica Social, com prazo de 18 meses para realização da formação dos cooperados e construção de uma casa modelo (compra de ferramentas, assessoria especializada, cursos e visitas técnicas), como também as oficinas sobre tecnologias sustentáveis para grupos populares.

Com o êxito dos resultados, esse projeto é um modelo de integração da PS com a EJA, e demonstra as novas formas de aprendizagens e práticas pedagógicas que podem ser aplicadas fora do ambiente escolar. O projeto serve de exemplo prático sobre a atuação da PS em relação à modalidade EJA, entre outros que se encontram disponíveis no site do Banco do Brasil que, anualmente, realiza o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social e certifica experiências de Tecnologia Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou a trajetória histórica e particularidades dos fenômenos EJA e PS, assim como buscou evidenciar a relação entre ambos.

Foi observado que, no âmbito da EJA, é possível efetivar práticas educativas sob a perspectiva da PS, haja vista que esta se preocupa com as condições de vida das famílias, incluindo crianças, jovens e adultos, com o intuito de valorizar a autoestima, reduzir o número de analfabetos, favorecer a inclusão e possibilitar a permanência dos alunos na escola, de forma que colabore efetivamente na formação integral do indivíduo.

A partir da análise do projeto “Apropriação de Tecnologias Sustentáveis em Habitação por Cooperativas Populares”, observou-se que a PS ultrapassa as barreiras da educação formal e possibilita o desenvolvimento do ser humano nos diversos ambientes: escolar, familiar, comunitários, dentre outros. Observou-se, também, que o projeto viabilizou pessoas trabalhadoras a se apropriarem de conhecimentos e técnicas para melhoria de suas condições de vida e trabalho, além de apresentar benefícios à saúde, ao meio ambiente e a toda comunidade na qual o projeto foi implantado.

Além dos espaços escolares, trabalhando com metodologias diversificadas, a PS promove a educação como um tesouro, com a tarefa ímpar de produzir crescimento humano e social. Reconhecendo a educação com responsabilidade e compromisso, a PS orienta-nos a percorrer um caminho árduo e exigente, no qual se faz necessário saber respeitar a liberdade e considerar as potencialidades de cada pessoa em qualquer situação.

Por fim, espera-se que esse trabalho possa contribuir para compreensão sobre a OS e a forma que ela pode influenciar e auxiliar na educação, mais precisamente, na EJA.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L. (org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

AYRES, R. **Diversidade na educação de jovens e adultos**: o compromisso dos municípios. 2003. Disponível em:
http://telecongresso.sesi.org.br/4telecongresso/downloadAnexo.Php?arquivo=arquivos%arquivo%2Fbiblioteca%2diversidade+a+educa%E73o+de+jovens+e+adultos+o+compromisso+dos_munic5.doc. Acesso em: 10 out. 2018.

- BAPTISTA, I. Educação e solidariedade. *In: Cadernos de Pedagogia Social*, Lisboa, n. 2, 2008, p. 24. Disponível em: http://www.uceditora.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_uce.asp?sspageID=1271&lang=1. Acesso em: 27 nov. 2018.
- BEISIEGEL, C. R. Mudança social e mudança educacional. *In: Estado e educação popular: um estudo sobre educação de adultos*. São Paulo: Pioneira, 1974. p. 12-30.
- BRANDÃO, C. R. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRASIL. Constituição 1934. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 13 out. 2018.
- BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA**. 2017. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/09/2017&jornal=1&pagina=27&totalArquivos=752>. Acesso em: 18 out. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015**. Brasília, DF: MEC, 2014. 105 p.
- CABANAS, J. M. Q. Antecedentes históricos de la educación social. *In: PETRUS, A. (org.). Pedagogia social*. Espanha: Ariel, 1997. p. 68 -91.
- CALIMAN, G. A pedagogia social na Itália. *In: SILVA, R. da; SOUZA NETO, J. C.; MOURA, R. A. Pedagogia social*. São Paulo: Expressão e Arte, 2009.
- CALIMAN, G. Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social na Europa (Itália). CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, São Paulo. **Anais [...]**. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100015&script=sci_arttext.. Acesso em: 27 nov. 2018.
- CARIDE, J. A. La pedagogía social em España. *In: Nuñez, V. La educación em tiempos de incertidumbre: las apuestas de la pedagogía social*. Barcelona: Gedisa, 2002. p. 81-112.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. **Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro**. Brasília: SESI/UNESCO, 1999.
- DUARTE, V. M. N. **Brasil escola: pesquisa científica**. 2011. Disponível em: <http://monografias.brasilecola.uol.com.br/regras-abnt/pesquisas-exploratoria-descritiva-explicativa.htm>. Acesso em: 8 dez. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: Editora UEC, 2002. (Apostila).

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Banco de tecnologias sociais**. 2014. Disponível em: <https://www.fbb.org.br/pt-br/ra/conteudo/banco-de-tecnologias-sociais>. Acesso em: 15 out. 2018.

GADOTTI, M. Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL, 1., 2000, Évora. **Anais [...]** Évora, PT: Universidade de Évora, 2000.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos: teoria prática e proposta**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Doi: 10.1590/S0034-75901995000200008.

GRACIANI, M. S. S. A pedagogia social no trabalho com crianças e adolescentes de rua. *In*: SOUZA NETO, J. C.; SILVA, R.; MOURA, R. **Pedagogia social**. São Paulo: Expressão e Arte, 2009. p. 207-224.

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia social de rua: uma análise e sistematização de uma experiência vivida**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Prospectiva, 4).

HADDAD, S.; SIQUEIRA, M. C. P.; FREITAS, M. V. O ensino supletivo de 2º grau. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 68, fev. 1989.

INSTITUTO KAIRÓS. **Tecnologias sociais**. Disponível em: <http://institutokairos.org.br/tecnologias-sociais>. Acesso em: 11 dez. 2018.

LEIRO, A. C.; MORAES, C. A. E. de; SANTOS, V. R. Educação popular e pedagogia social: diálogo singular e experiência plural. **Revista da FAEEBA**, Salvador, v. 24, n. 43, p. 171-182, jan./jun. 2015. Doi: 10.21879/faeaba2358-0194.v24.n43.1323.

MACHADO, E. R. As relações entre a pedagogia social e a educação popular no Brasil. **Diálogos**, Taguatinga, v. 18, n. 2, 2012. Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3913/2390>. Acesso em: 30 nov. 2018.

MARANDINO, M. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal? **Revista Ciência & Educação**, Bauru, v. 23, n. 4, out./dez. 2017. Doi: 10.1590/1516-731320170030001.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. dos. *In*: EDUCABRASIL. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**. São Paulo: Midiamix, 2001.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. dos. Verbete Escola Nova. *In*: EDUCABRASIL. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**. São Paulo: Midiamix, 2001.

MOLLENHAUER, K. **Einführung in die sozialpädagogik: probleme und begriffe der jugendhilfe**. Weinheim und Basel: Beltz, 1993.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 59-73, set./dez. 1999. Disponível: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE12/RBDE12_06_MARTA_KOHL_DE_OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

OTTO, H. U. Origens da pedagogia social. *In*: SILVA, R. da; SOUZA NETO, J. C.; MOURA, R. A. (org.). **Pedagogia social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009. p. 138-142.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. v. 1. São Paulo: Loyola 1973. (Temas Brasileiros, 2).

PALUDO, C. Educação popular e movimentos sociais. *In*: ALMEIDA, M. B.; ANTONIO, C. A.; ZANELLA, J. L. (org.). **Educação do campo**: um projeto de formação de educadores em debate. Cascavel: Edunioeste, 2008. p. 19-44.

PAULA, E. M. A. T. Educação popular, educação não formal e pedagogia social: análise de conceitos e implicações para a educação brasileira e formação de professores. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Editora da PUC-PR, 2009.

PAULO, F. S.; CONTE, I. I.; BIERHALS, R. Educação popular e pedagogia social: um encontro possível no caso de Porto Alegre? **Educação**: teoria e prática, Rio Claro, v. 23, n. 43, p. 128-144, 2013. Doi: 10.18675/1981-8106.vol23.n43.p128-144.

PETRUS, A. (coord.). **Pedagogia social**. Barcelona: Ariel, 1997.

RIBEIRO, M. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 155-178, jan./abr. 2006. Doi: 10.1590/S0101-73302006000100008.

RODRIGUES, N. **Estado Novo**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/brasil-republicano/estado-novo/>. Acesso em: 2 dez. 2018.

ROMANS, M.; PETRUS, A.; TRILLA, J. **Profissão**: educador social. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2008. Doi: 10.5212/PraxEduc.v.8i1.0013.

SOUZA NETO, J. C. Pedagogia social e as políticas sociais no Brasil. *In*: SOUZA NETO, J. C.; SILVA, R.; MOURA, R. **Pedagogia social**. São Paulo: Expressão e Arte, 2009. p. 257-272.

STRECK, D. R. A educação popular e a (re) construção do público: há fogo sob as brasas? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006. Doi: 10.1590/S1413-24782006000200006.

TORRES CARRILO, A. A educação popular como prática política e pedagógica emancipadora. *In*: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (org.). **Educação Popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 15-32.

WANDERLEY, E. L. **Educar para transformar**: educação popular, Igreja Católica e a política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.

WEGNER, M. **Pedagogia social e valores**: o resgate do direito à educação. 2008. 89 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2008.

Submetido em 26 de fevereiro de 2019.

Aprovado em 30 de junho de 2019.